

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NO ENSINO COMUM: relatos de experiências de AEE numa escola pública

Francisco Ari Andrade¹
Aline de Oliveira Rebouças²
Renata Tavares de Oliveira³

Resumo: O presente estudo apresenta o relato de uma prática docente inclusiva de alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autismo - TEA, por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE, numa escola pública municipal de Fortaleza. O desenvolvimento desse estudo se deu a partir da observação da vivência em sala de aula, no processo de escolarização de sujeitos com TEA. Respeitando os princípios éticos da pesquisa acadêmica, de cunho qualitativo, o estudo se desenvolveu com as seguintes abordagens: estudo bibliográfico, documental e análise das vivências em sala de aula. As informações foram analisadas como estudo de caso. A relevância desse estudo está em possibilitar uma compreensão de como se dá o processo ensino aprendizagem de alunos com TEA, numa sala de aula do ensino fundamental, destacando-se a prática docente colaborativa à inclusão educacional.

Palavras-chave: Educação. Deficiência. Inclusão.

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD IN COMMON EDUCATION: reports of SEA experiences in a public school

Abstract: This study presents the report of an inclusive teaching practice of students diagnosed with Autism Spectrum Disorder - TEA, through Specialized Educational Attendance - SEA, in a municipal public school in Fortaleza. The development of this study was based on the observation of classroom experience, in the process of schooling of subjects with ASD. Respecting the ethical principles of academic research, of qualitative nature, the study was developed with the following approaches: bibliographical, documentary study and analysis of classroom experiences. The information was analyzed as a case study. The relevance of this study is to enable an understanding of how the teaching-learning process of students with ASD occurs in an elementary classroom, highlighting the collaborative teaching practice to educational inclusion.

Keywords: Education. Deficiency. Inclusion.

¹ Pós-Doutor em Educação e Contemporaneidade. Professor Associado II, da Universidade Federal do Ceará, lotado no Dep. de Fundamentos da Educação, da Faculdade de Educação. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação do Ceará - GEPHEC, certificado pelo CNPq.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (2011). Especialista em Educação Especial e Políticas de Inclusão (2012) pela Universidade Cândido Mendes-RJ e Neuropsicopedagogia (2016) também pela UCAM-RJ. Professora da rede municipal de ensino de Fortaleza com experiência na inclusão de alunos com deficiência.

³ Graduada em Pedagogia, pela Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Ceará. Aluna regularmente matriculada no programa de pós-graduação em educação, da UFC, Mestrado em Educação.

LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TEA EN LA EDUCACIÓN COMÚN: informes de experiencias de SES en una escuela pública

Resumen: Este estudio presenta el informe de una práctica docente inclusiva de estudiantes diagnosticados con Trastorno del Espectro Autista - TEA, a través del Servicio Educativo Especializado - AEE, en una escuela pública municipal de Fortaleza. El desarrollo de este estudio se dio a partir de la observación de la experiencia en el aula, en el proceso de escolarización de sujetos con TEA. Respetando los principios éticos de la investigación académica, de carácter cualitativo, el estudio se desarrolló con los siguientes enfoques: estudio bibliográfico y documental y análisis de experiencias en el aula. La información se analizó como un estudio de caso. La relevancia de este estudio es permitir la comprensión de cómo se desarrolla el proceso de enseñanza-aprendizaje de los estudiantes con TEA en un aula de primaria, destacando la práctica de enseñanza colaborativa para la inclusión educativa.

Palabras clave: Educación. Discapacidad. Inclusión.

Introdução

O debate em torno da educação inclusiva aponta novos caminhos nos quais a sociedade precisa palmilhar, pela garantia de equidade e igualdade de acesso e permanência no ambiente escolar dos sujeitos diagnosticados pelo Transtorno do Espectro do Autismo – TEA. Verifica-se que hoje vem se consolidando um processo ampliado da participação efetiva da sociedade civil em garantir a todos o sucesso de aprendizagem.

O presente artigo foi tecido pela motivação de vivências de práticas docentes na perspectiva da inclusão de pessoas com TEA, por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE, numa determinada escola da rede municipal de ensino da cidade de Fortaleza, no atual contexto.

Diante das angústias, conflitos, adaptações, evoluções e crescimentos vivenciados por pais e alunos, que se veem em volta com a necessidade de inclusão no sistema regular de ensino, resguardados pela força da legislação em vigor, é trazido para o debate o relato de uma experiência vivenciada no âmbito em sala de aula, com alunos com TEA.

O desenvolvimento desse estudo se deu a partir da observação da vivência em uma sala de aula, no processo de escolarização de tais sujeitos. Respeitando os princípios éticos da pesquisa acadêmica, de cunho qualitativo, o estudo se desenvolveu com as seguintes abordagens: estudo bibliográfico, documental e análise das vivências em sala de aula. As informações foram analisadas como estudo de caso.

Nesta experiência educacional inclusiva, a discussão da temática aqui não se esgota aqui. Pelo contrário, aqui encontra-se um primeiro passo em direção à uma discussão mais ampla, na qual possam ser rompidos os preconceitos e as políticas públicas de inclusão e também proporcionar maiores e melhores feitos por meio de seus programas específicos no âmbito da educação escolar. Diante disso, deve-se acrescentar que com essa discussão, trazemos à baila o despertar do interesse pela temática na perspectiva de educação inclusiva, visando um melhor entendimento das intervenções pedagógicas cabíveis ao sucesso escolar através do pleno desenvolvimento dos sujeitos educandos.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo se deu de forma exploratória e de caráter qualitativo. Realizado, inicialmente, um levantamento de bibliografia e da legislação sobre o tema e a partir do vasto conhecimento dos teóricos que tem se dedicado à esta temática, pautamos, desta forma, os dados deste trabalho. A pesquisa segue-se também em campo, analisando as vivências de crianças autistas regularmente matriculadas em uma escola municipal. Para que aquelas crianças fossem acompanhadas em sala de aula, na perspectiva desse estudo, foi apresentado aos pais um termo de compromisso para garantir a utilização dos dados, sem citar nomes, características físicas dos alunos, nem qualquer outro meio, digital ou fotográfico, de identificação dos alunos.

Os dados foram coletados através de estudos de caso, onde foram aplicados questionários e entrevistas envolvendo professores, alunos, gestão e família do aluno com autismo. De tal forma que, por meio destes métodos, foi possível levantamento de dados que puderam apresentar uma melhor compreensão da problemática tratada no contexto escolar. Dessa forma, o trabalho teve como objetivo observar o aluno com TEA na escola comum com o olhar da perspectiva inclusiva e de como tem se dado o seu desenvolvimento neste processo inclusivo.

A relevância desse estudo está em possibilitar uma compreensão de como se dá o processo ensino aprendizagem de alunos com TEA, numa sala de aula do ensino fundamental, destacando-se a prática docente colaborativa à inclusão educacional.

O cenário da educação inclusiva na atual conjuntura

Durante os períodos históricos da humanidade, as deficiências, de modo geral, foram vistas e tratadas de forma diferente. Como exemplo disso, podemos citar que na Roma Antiga, que confere à História Antiga, a sociedade possuía total liberdade para eliminar, após o nascimento, inclusive, aqueles que possuíam alguma deficiência. Em controvérsia, na Idade Média, por observações da Igreja católica, que se apoderou do domínio social, econômico e político, e pela doutrina Cristã, da qual a sociedade passou a ser adepta, pessoas com deficiências passaram de seres eliminados a seres dignos de piedade, por não serem criaturas de Deus. Porém, apesar de saltos ontológicos claramente visíveis de um período para o outro, inclui-se também regressos, e a afirmação disso pode ser atribuída ao fato dos deficientes, principalmente os de caráter mental, durante o período da Inquisição, no século XIII, serem associados a manifestantes do “mal”.

Os avanços a favor daqueles que possuem deficiência ocorreram a passos lentos:

A partir do século XVI, a revolução burguesa trouxe mudanças em termos de estrutura social, política e econômica. No que se refere à deficiência, começaram a surgir novas ideias referentes à sua natureza orgânica, produto de causas naturais. Assim concebida, passou também a ser tratada por meio da alquimia, da magia e da astrologia, métodos da então iniciante medicina. (SAMPAIO, SAMPAIO, 2009, p. 36).

O século XVII foi palco de novos avanços no conhecimento produzido na área da medicina, o que fortaleceu a tese da organicidade e ampliou a compreensão da deficiência como processo natural, favorecendo o surgimento de ações de tratamento médico. Já a tese do desenvolvimento por estimulação encaminhou-se, embora muito lentamente, para ações de ensino, o que passa a se desenvolver definitivamente somente a partir do século XVIII (SAMPAIO, SAMPAIO, 2009, p. 36).

É possível perceber que, paulatinamente, de século a século, a partir de evoluções nos cenários sociais, o retrato da importância daqueles tidos como diferentes foi sendo revelado. Diante do cenário sócio-histórico percorrido no Brasil, foi somente a partir do século XX que começaram a surgir pensamentos que convergiam às pessoas com deficiência com o âmbito educacional. O século XX foi certamente um período de profundas mudanças

que se estenderam aos dias de hoje, pois transformações são processos permanentes e graduais que não ocorrem de uma hora para outra (CARVALHO, 2016, p. 35).

Das mudanças verificadas na sociedade no século XX, e que contribuíram para o elo da educação de pessoas com deficiência, convém citar o avanço de movimentos em defesa dos Direitos Humanos, que dava ênfase às minorias, e, no caso dos deficientes mentais, defendia o fim da segregação destes. A partir desse ponto, surge então um conceito muito importante para a temática aqui tratada: integração.

O conceito de integração surge no atual contexto da educação brasileira como um modelo de atenção dada à uma determinada deficiência, cuja manifestação educacional vinha sendo efetivada desde o início nas escolas especiais, nas entidades assistenciais e nos centros de reabilitação. (SAMPAIO, SAMPAIO, 2009, p. 37).

Na prática, esse conceito representa a inserção de deficiência nas atividades relacionadas à sociedade, o que de fato começou a ser feito, porém, acarretou certa problemática quanto à eficácia estabelecida em tal praticidade, pois foram achadas dificuldades, por parte das instituições, de manter essa integração. Surge então outro conceito importante: inclusão. Esse conceito agrega mais do que inserir. Para ser visto na realidade, deve haver uma verdadeira transformação no caráter de práticas sociais, bem como de espaços, fisicamente falando, em prol do acesso total ao que o ambiente social oferece:

Processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidade e, consequentemente, uma sociedade para todos (...) A inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida”. (SASSAKI, 1997, p. 167 *apud* SAMPAIO, SAMPAIO, 2009, p. 38).

Portanto, a inclusão, resumidamente, é criar e garantir que as condições dos seres sociais existam com equidade. Em se tratando de inclusão escolar, podemos afirmar que está prevista em nossa Constituição Federal de 1988, mas não com essa nomenclatura, quando a mesma diz que a educação deve ser disposta às pessoas com deficiência de forma especializada na escola comum. Apesar disso, leis, resoluções, pareceres e declarações foram

surgindo e reafirmando essa questão, o que nos faz perceber que é uma conquista recente e constante.

A educação inclusiva aponta para a transformação de uma sociedade inclusiva e é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino comum. Ao falar sobre inclusão escolar, atribuímos um claro desafio à escola: um grande empenho e esforço para que haja a real reestruturação que a tornará apta a ser inclusiva, afinal,

Para que a educação inclusiva seja uma realidade, além de uma mudança de mentalidades, no que diz respeito ao acesso e ao sucesso da educação para todos, é necessário criar condições e recursos adequados a cada situação”. (ARAÚJO, LINHARES, 2014, p. 47).

Portanto, para que uma escola possua inclusão, a mesma deve se permitir ser desafiada num sentido de mutação em prol de condições igualitárias, mas, além disso, deve refletir sobre a abrangência que isso acarreta, pois há diversas necessidades e/ou deficiências cognitivas que possuem comportamentos e tendências diferentes.

No Brasil, o processo de inclusão na educação veio tomando forma no final do século passado, em meados dos anos 90, mais precisamente em 1994, quando a Organização das Nações Unidas culminou o documento que demanda assegurar a educação das pessoas com deficiência como parte integrante do sistema educacional de ensino. Surge então a Declaração de Salamanca. Uma conquista preconizada por todos os envolvidos favoráveis à educação da pessoa com deficiência, alcançada através de muitas lutas e de transposição de obstáculos. Desde então, a peleja para a conquista dos direitos da pessoa com deficiência tem sido cada vez mais diligente.

A Constituição Federal de 1988 também traz como um dos objetivos fundamentais: No art.3º, inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E garante também no art. 206º, inciso I, estabelecer a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

O próximo triunfo a garantir o direito à educação da pessoa com deficiência no sistema geral de ensino, se deu através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –

LDBEN, 1996, que aponta o direito da pessoa com deficiência ao sistema regular de ensino. Na última década essas conquistas foram crescendo e tornando-se cada vez mais abrangentes, a legislação brasileira passou a garantir o direito inquestionável da educação para as pessoas com deficiência, e a partir daí foram surgindo novos decretos, pareceres e resoluções com a finalidade de orientar e enriquecer o quadro do sistema educativo para estes alunos.

Dentre os novos documentos reconhecedores da Educação Inclusiva, pode ser citado o mais recente e que possui maior aplicabilidade e destaque, nascido em 2008: A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta categoricamente a organização do ensino para atender o aluno com deficiência, como o explícito na citação abaixo:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008).

Desta forma, surge a incitação direta de que a escola comum tem o dever de se adequar para receber o aluno com deficiência e dispor de variados mecanismos que deem suporte a este aluno e assim o faça incluído com os seus pares. A instauração do Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como um grande aparato para a mediação da inclusão no sistema educacional de ensino. Nesta perspectiva, a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) qualifica-se como um espaço de apoio, de maneira a complementar o aprendizado deste aluno e valorizar suas potencialidades. O estabelecimento destas políticas públicas voltadas à inclusão tem condecorado e estabelecido um novo olhar sob a inclusão nas escolas municipais da cidade de Fortaleza.

Entre os anos de 2013 e 2019, foi registrado um crescimento significativo do público-

alvo da Educação Especial em classes comuns. Com destaque a região Norte e Nordeste, que apresentaram um maior percentual de matrícula de alunos com deficiência. Dentro desse cenário, a cidade de Fortaleza se configura como a 4º maior rede de ensino do país e a primeira do Norte e Nordeste em Educação Inclusiva (Portal da Prefeitura de Fortaleza, 2020).

É possível observar que historicamente houve diversos avanços no que diz respeito à educação de pessoas com deficiência, saindo de um ambiente de segregação e restrições e abrindo as asas para um novo espaço, esse, cheio de explorações, possibilidades e também de desafios e entraves. Embora seja possível contabilizar com êxito todas essas conquistas inclusivas ao longo dos últimos anos, também temos de concordar que ainda existe um longo percurso a ser percorrido e muito a se conquistar.

Desmistificando o autismo

O Transtorno do Espectro Autista -TEA pode ser classificado em três graus: autismo leve, moderado e severo, passando a constar na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, com o CID-11, segundo à Organização Mundial da Saúde -OMS⁴.

A origem epistemológica da palavra descende do grego “autos”, que significa "próprio ou de si mesmo", portanto, pode ser compreendido como um distúrbio neurológico apresentado ainda na fase da infância e que causa um retardo no desenvolvimento da aprendizagem e da interação social da criança.

No desígnio da consecução do espaço educativo e profissional do deficiente na sociedade, esta pesquisa preocupa-se especificamente em tratar do aluno com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), bem como tem transcorrido seu desenvolvimento e abordar as maiores dificuldades encontradas e valorizar todos os ganhos no seu processo educativo na escola comum. A escolha específica do TEA para o estudo desta pesquisa, intensificou-se a partir da grande demanda de alunos com esse espectro em ampla maioria das escolas comuns do município de Fortaleza.

⁴ OMS lança nova classificação internacional de doença. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-lanca-nova-classificacao-internacional-de-doencas/>. Acesso 13 de ago. de 2018.

Segundo dados do censo escolar, no ano de 2020 as escolas de Fortaleza totalizaram o número de 7.807 alunos com deficiência, cerca de 3,4% dos estudantes da rede municipal de ensino. Dentre estes, nota-se uma crescente em alunos com diagnóstico de autismo no sistema de gestão educacional (Portal da Prefeitura de Fortaleza, 2020).

Segundo a Center Of Disease Control and Preventio - CDC⁵, centro norte americano especializado no controle e prevenção de doenças, tem apontado em seus estudos um numeroso crescimento no nascimento de crianças com TEA, ao longo dos últimos anos. As pesquisas de 2008 apontam uma proporção de um caso para cada sessenta indivíduos nascidos. Este número vem em escala crescente e a demanda por matrícula de alunos autistas tem sido cada vez mais recorrente na escola pública brasileira. A legislação mundial e brasileira também tem reconhecido a necessidade da conscientização desse espectro, sendo criado pela Organização das Nações Unidas – ONU, também em 2008, o dia mundial da conscientização do autismo, World Autism Awareness Day⁶, sendo anualmente comemorado no dia 2 de abril, por ser dedicado à ampla divulgação e consciência do TEA.

No Brasil o direito da pessoa com autismo passa ser efetivamente instituído a partir da LEI Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que declara nos artigos infracitados:

De acordo com o artigo 3º da Lei 12.764/12: São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social.

Na Escola Municipal de Fortaleza, onde foi realizada a observação que gerou dados para esse estudo, consta o número de 8 crianças com espectro do autismo, regularmente

⁵ CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENICION. Disponível em: <https://www.cdc.gov/>. Acesso 13 de ago. de 2008.

⁶ ONU declarou todo **2 de abril** como a data para conscientizar a sociedade. São Paulo, Revista Autismo **Edição 6: set/out/nov/2019**. Disponível em: <https://www.revistaautismo.com.br/diamundial/>. Acesso: 13 de set. de 2019.

matriculadas. A partir da análise reflexiva desta vivência, na qual buscamos nos docentes a narrativa de suas experiências com a inclusão destes alunos, bem como os dentre os demais sujeitos envolvidos, neste processo de escolarização, identificamos a possibilidades para o pleno acesso e desenvolvimento daqueles alunos, bem como os principais entraves vivenciados neste processo.

Compreendendo a relação social do aluno com TEA no ensino comum

O ingresso do aluno com deficiência à escola comum é uma realidade que tem crescido a cada dia. Durante muitos anos, as crianças com deficiência eram excluídas da sociedade e suprimidas do seu direito de acesso à escola, pois acreditava-se que elas não possuíam capacidade suficiente para permanência neste espaço. Hoje, este pensamento é obsoleto. Crianças com deficiência devem ter preservado o seu direito de conviver e aprender com os seus pares, devendo ser estimulada a superar suas dificuldades e desenvolver suas potencialidades, com respeito às suas limitações e pleno acesso a todas as oportunidades comuns.

A inclusão destes torna-se amplamente possível quando existe um engajamento da sociedade civil e um envolvimento por parte de todos os envolvidos no sistema educativo. Mantoan (2008) exprime a seguir as possibilidades que podem vir a ser alcançadas neste modelo de ensino:

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência. A Inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico. (MANTOAN, 1998, p. 1).

O aperfeiçoamento supracitado pela autora é uma condição de extrema interferência na educação inclusiva. Muito embora, saibamos que ainda existe uma gama de investimentos a se fazer para melhorar a qualidade deste ensino, não podemos esperar tão somente pela aplicação de recursos governamentais. É também papel do professor buscar subsídios para

aprimorar sua prática pedagógica no sentido de alcançar as necessidades de todos os seus alunos.

Relato docente da prática inclusiva em TEA

Na escola observada foi diagnosticada uma constante nas falas das professoras da sala comum: ambos se sentem, ainda, despreparadas para o ensino de alunos com autismo. Um eco quase unânime e ainda carregada de alguns estigmas, sobre o processo de aprendizagem desses alunos.

Acreditamos que essa situação seja resultado da herança da educação tradicional, pautada em práticas inalteráveis e que não investe, primordialmente, na formação do professor.

A experiência docente na rede pública de ensino, possibilita despertar o interesse pela busca de novas práticas pedagógicas, quais? para que esse modelo de educação venha a ser exitoso. Neste sentido, objetivou-se relatar um pouco da realidade do cotidiano vivido pelas crianças autistas em um modelo de escola pública, bem como relatar as dificuldades encontradas por docentes.

Os desafios docentes na educação inclusiva são diversos, pois incluir e integrar alunos com TEA em uma escola comum, requer mudanças de pensamentos que envolvem a prática, que até poucos anos atrás ainda existiam sobre o papel da criança com deficiência. Segundo Rocha:

Cabe aos professores procurar novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com necessidades especiais. (ROCHA, 2017, p. 2).

Para a elaboração de práticas educativas inclusivas faz-se necessário a colaboração da família no estímulo da criança, para que esta comece a ser inserida no âmbito escolar. Dando ênfase ao cenário escolar, conta-se com uma peça chave, sendo esta, o professor, que é o principal agente nesse processo de inclusão, tendo em vista que ele é quem fará a mediação entre o aluno e o conhecimento, pois para Gazim (2005) o professor é a

“autoridade competente, que direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM, 2005 *apud* ROCHA, 2017, p. 6).

O papel dos docentes na educação básica é propiciar oportunidades para que seus alunos possam se desenvolver de forma global, seja no aspecto social, psíquico, emocional e cognitivo. O(a) professor(a) que trabalha de forma reflexiva compreende que o processo de ensino-aprendizagem acontece de forma particular para cada aluno, e no caso da educação inclusiva, essas particularidades se tornam ainda mais específicas. Essas particularidades acarretam, automaticamente, desafios na jornada do professor, e é importante refletir sobre eles, e faremos isso dentro da perspectiva da realidade educacional de crianças com TEA, procurando identificar tais desafios.

Além de integrar e incluir o aluno com TEA, o professor deve criar oportunidades para esse estudante desenvolver a sua autonomia e possuir autoconfiança. Ao realizar atividades que lhes proporcione desenvolver de forma efetiva em seus aspectos sociais, cognitivos, emocionais e linguísticos. Para Vitto Júnior e Lima (2011, p. 85),

Incluir significa oportunizar e habilitar essas crianças a realizarem todas as suas potencialidades, minimizando as inferioridades resultantes de suas dificuldades. A escola precisa trabalhar a aceitação da criança, incentivar sua independência através de elogios dando liberdade para que estas conquistem seu espaço e o respeito das outras pessoas.

Na fala a seguir a professora do AEE descreve sobre um passeio proposto devido ao interesse do aluno com TEA:

A interação social dele é muito legal, pois devido a essa motivação por programas de televisão, no começo do ano foi proposto um passeio da turma para uma rede de televisão. Foi fantástico! Chegando lá ele conhecia os repórteres e fala para os colegas o nome deles, e qual programa ele trabalhava, que horas o programa passava na TV. Percebi que após essa visita as crianças ficaram impressionadas com a capacidade e o conhecimento que ele tinha, isso fez com que as crianças interagissem ainda mais com ele. (ENTREVISTA- PROFESSORA DE AEE, 2019).

É importante que os professores juntamente com a escola trabalhem juntos para o crescimento do aluno, assim, criando espaços e momentos de conversa com todos os alunos sobre a importância de respeitar as diferenças, de uma forma global, estimular o respeito não só para crianças com deficiência, mas elencar que todos nós temos diferenças que merecem

ser respeitadas. Vale ressaltar que todas as dimensões que envolvem a educação inclusiva precisam de um olhar sensível não somente por parte do professor, mas por parte de todos os profissionais que estão inseridos no âmbito educacional.

No âmbito escolar, a integração assume o princípio de que toda pessoa é capaz de aprender e socializar. Diante disso, para que a escola seja de fato inclusiva, é necessário olhar para as crianças como igual, receber e acolher sem distinção, compreendendo cada especificidade da criança, de forma que se objetiva a partir das atividades pedagógicas o desenvolvimento das habilidades dos alunos.

A falta de conhecimento é apenas um dos desafios que o professor enfrenta quando o assunto é inclusão, a ausência de experiência com crianças com deficiência é uma das causas de comentários desse exemplo que a autora Mantoan cita em seu livro “Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?”, “O argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho” (MANTOAN, 2003, p. 43).

Por isso, a autora Paula (2013) afirma que:

É necessário que a escola passe por adaptações e o professor se especialize para entender como se dá o processo de aprendizagem do aluno portador de alguma deficiência e também, para saber preparar o conteúdo e atividades que proporcione a participação efetiva destes alunos. (PAULA, 2013, p. 150).

A capacitação do professor é prevista na Lei Nº 13.722 de 4 de Outubro de 2018, portanto é necessário que haja uma reflexão do professor quanto ao fato de não ser apenas uma obrigação. As capacitações e formações continuadas são fundamentais para o crescimento do profissional, que é comprometido com a educação. Essas formações irão refletir na criança com a Síndrome de Down, que se beneficiará em todos os aspectos tendo um profissional qualificado, acompanhando o seu desenvolvimento.

A importância do AEE no processo de inclusão

A partir da Política Nacional da Educação Especial (2008), na Perspectiva Inclusiva, os alunos, público-alvo da educação especial, devem estar regularmente matriculados na sala

de aula comum e com a possibilidade de ser atendido em horário de contraturno na sala de recursos multifuncionais - SRM para complementar e suplementar a sua formação. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado - AEE tem como público alvo do seu atendimento alunos com Deficiência (Física, Intelectual, Visual, Auditiva e Deficiências Múltiplas), Transtorno do Espectro do Autismo e Altas Habilidades/Superdotação.

Visando o objetivo deste trabalho, foi possível a observação de um aluno na sala de recursos multifuncionais, analisando o funcionamento da sala e sua importância para o desenvolvimento da criança. A partir dessa observação são desenvolvidas atividades que viabilizem o desenvolvimento e potencializem suas habilidades. Além de conhecer sobre a professora, sua formação, especialidade e seus interesses na inclusão e no desenvolvimento da aprendizagem da criança com deficiência.

As atribuições do atendimento educacional especializado, necessitam ser bem esclarecidas sobre a sua funcionalidade no contexto escolar, pois ainda existe quem confunda o atendimento com a substituição de escolarização ou ideia de reforço escolar.

Durante o atendimento são trabalhadas as habilidades cognitivas da criança para que, quando ela chegar na sala de aula comum, possa desenvolver as competências esperadas para sua aprendizagem. Essas atividades são diferentes das realizadas na sala de aula comum e não substituem a escolarização, ou seja, o atendimento tem a função de complementar e/ou suplementar o desenvolvimento dos alunos, de forma que a criança se torne autônoma e independente dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

Quando ele veio para minha sala ele era muito agitado, ainda era uma criança que tinha muita dependência, precisava que os colegas o ajudassem, mas no decorrer do tempo, ele foi criando uma certa autonomia diante da rotina que eu conduzia em sala de aula, no início a mãe queria ficar em sala para ajudá-lo, mas achei melhor não, pois queria trabalhar a independência dele, para que ele fizesse suas atividades sozinho, pois logo de cara percebi que ele era muito atento e inteligente. (ENTREVISTA - PROFESSOR DA SALA COMUM, 2019).

Diante disso, podemos dizer que as ações devem ser em cooperação entre o professor de AEE e o professor da sala comum, considerando as necessidades educacionais deste aluno. E isso proporciona o aperfeiçoamento de práticas pedagógicas capazes de alcançar resultados positivos, explorando suas potencialidades, pois essa interação promove uma

experiência única entre as habilidades a serem desenvolvidas e a interação social do aluno com TEA.

Outra parte muito importante nesse desenvolvimento integral do aluno é a família, pois sua integração, juntamente com a escola, atua de forma efetiva, fornecendo informações necessárias e disponibilizando apoio para a obtenção de avanços alcançados pelo aluno com deficiência.

Ao longo das observações realizadas na escola em estudo, atentou-se também por valorar o depoimento dos pais e responsáveis por esses alunos e as suas considerações em relação a este modelo de inclusão. Foram entrevistados seis pais, durante a fala, legitimou-se um discurso de grande favorecimento ao trabalho da escola para com os seus filhos. Alguns destes, narraram algumas experiências negativas que os filhos enfrentaram em outras escolas comuns, algumas destas da rede privada, tais como a negativa da matrícula do aluno ao saber que este tinha diagnóstico de TEA, envoltos pelo discurso de que a escola não possuía suporte para a escolarização destes.

Estes afirmaram que ao passar por algumas destas experiências negativas, sentiram-se resistentes e inseguros ao matricular os seus filhos na atual escola. Mas, estes também demonstraram um forte sentimento de resiliência e luta, e também consciência quanto aos seus direitos, e seguem firmes na busca do que consideram melhor para o desenvolvimento dos seus filhos. Após esse depoimento, a fala de muitos se concentrou em dizer que hoje, na atual escola, sentem que seus filhos estão verdadeiramente incluídos e percebem a evolução cognitiva e comportamental destes.

Quando recebi o diagnóstico do Pedro (Nome Fictício) fiquei sem chão, não sabia o que fazer, a quem procurar a ajuda. No fundo eu não queria acreditar naquela condição, e vivi realmente um processo na qual chamei de luto. Pedro tinha 4 anos, não falava e andava com dificuldade, era muito agitado e não conseguiu se adaptar primeira creche que foi matriculado. Todos os dias eu recebia reclamação da escola, eles relatavam que não tinham suporte para manter o meu filho naquele ambiente. Decidi procurar uma outra escola, dessa vez da rede particular, e não foi diferente do que aconteceu na primeira, em poucos meses recebi o mesmo comunicado de que a escola não estava se adequando ao meu filho e que eu deveria procurar uma escola especializada. Eu fiquei desesperada, sem esperança, enquanto isso via meu filho estagnado no seu desenvolvimento. Foi quando recebi uma indicação de uma outra mãe que também tinha um filho com TEA e que deu referências maravilhosas sobre a escola comum e pública

na qual o seu filho estudava. Hoje meu filho tem 12 anos, esta cursando o 5º ano nesta escola, desde a educação infantil. Esta alfabetizado e segue desenvolvendo-se muito bem. É uma escola que vive a inclusão, e que acreditou no potencial do meu filho. A professora do AEE teve um papel fundamental na articulação de muitas ações que envolveram a inclusão do meu filho, junto aos professores da sala comum e a gestão escolar. Pedro é respeitado e muito querido por todos os seus colegas, eu o deixo na escola e sigo para a minha casa com a sensação segura de que meu filho esta em um espaço em que é amado e valorizado. (ENTREVISTA - MÃE DE ALUNO, 2019).

Na criança com diagnóstico de TEA é comum algumas características, tais como as estereotípias e os interesses fixados, sendo este último, em alguns casos motivo de resistência para despertar interesse em outras áreas de concentração, sendo necessário a utilização de estratégia formas mais lúdicas, durante as atividades, para conseguir um pouco mais de tempo de concentração e desenvolver as atividades propostas.

Tento realizar atividades utilizando a tecnologia, no caso do Pedro, ele é muito ligado em televisão, Tablet, se eu utilizar um material mais tradicional, não consigo ter a atenção dele por muito tempo. Dessa forma, faço uso de programas de TV, software educacionais e recursos sonoros e gráficos das vinhetas dos quais ele tem muito interesse. (ENTREVISTA - PROFESSOR DO AEE, 2019).

Apesar de algumas características do TEA tornarem-se comuns entre indivíduos com autismo, é importante pensar na individualidade de cada um destes, considerando cada um como ser dotado de capacidades e nos quais há variações também sobre suas dificuldades, presentes e outras não. Desta forma, não existe uma regra do que se deva trabalhar pedagogicamente com esses alunos. Incitamos alguns questionamentos à professora do AEE, tais como se dava o planejamento de atividades elaboradas na SRM e quais atividades eram desenvolvidas com estes alunos. A professora narrou que as atividades desenvolvidas na sala de recursos, eram pensadas a partir do estudo de caso daquele aluno, este instrumental que segundo a mesma é dividido em algumas partes, tais como: Apresentação do Caso, Esclarecimento do Problema, Identificação da Natureza do Problema, Resolução do Problema e Plano de AEE. Então é na última etapa deste estudo, descrita por Plano de AEE, que serão planejadas quais atividades e recursos deverão ser trabalhados para desenvolver as habilidades deste aluno, bem como atividades que busquem promover a superação das suas dificuldades.

O estudo de caso é uma metodologia de resolução de problema, que identifica a sua natureza e busca uma solução, apontada pelo professor do AEE. Esse profissional deve considerar as particularidades e potencialidades dos alunos, haja vista que o diagnóstico de uma mesma deficiência demanda uma intervenção pedagógica diferenciada, de acordo com a especificidade de cada aluno, e não com a deficiência em si (GOMES, POULIN, FIGUEIREDO, 2010).

Durante todos os atendimentos são propostas atividades que desafiem a percepção da criança, estimulando a criança a utilizar novas estratégias para desenvolver e ampliar suas novas habilidades. A utilização de jogos como quebra-cabeça e raciocínio lógico também são atividades que auxiliam nesse desenvolvimento.

O trabalho em parceria do Professor do AEE e o professor da sala comum é de grande importância para a integralidade e sucesso escolar do aluno. Na escola pesquisada, a professora da sala comum relatou que são muito válidos os seus momentos de troca de experiência com a professora do AEE nos seus momentos de planejamento.

É muito bom a troca de figurinhas com a professora do AEE, ela tem o olhar de especialista, é sempre solicita em tirar algumas dúvidas referente ao nosso aluno. Creio que esta articulação entre o nosso trabalho, resulta em ótimos resultados para o aluno. Ficamos muito felizes quando vemos a superação deles, já vibramos em ver um aluno com TEA ser alfabetizado enquanto estava na minha turma de 3º ano, é gratificante ver a superação destes. Eu acredito na inclusão quando se trabalha em parceria. (ENTREVISTA – PROFESSOR DA SALA COMUM, 2019).

Foram observados também nesta escola, momentos de vivência entre todos os alunos, em momentos livres como o recreio escolar. Vimos que nesta dita escola, se há uma relação muito harmoniosa entre os alunos. Observamos uma boa interação dos alunos com TEA e seus pares, e também uma relação de cuidado e preocupação entre eles. Uma profissional de apoio que acompanha um dos alunos com TEA no momento das atividades em sala de aula, relatou que cotidianamente as demais crianças convidam o aluno acompanhado para brincar ou oferecem ajuda em algum momento.

Sempre busquei trabalhar a independência dele, para que ele pudesse refletir sobre suas ações e pudesse identificar os erros durante as atividades e pudesse se corrigir, percebi uma melhora significativa ao longo do tempo e ele passou a realizar suas atividades dentro da sala de aula junto com os colegas, com os livros didáticos iguais aos dos colegas da sala. (ENTREVISTA - PROFESSOR DA SALA COMUM, 2019).

Com o passar dos anos, novas ideias e pensamentos vem surgindo a respeito da criança com deficiência, no contexto atual, precisamos compreender que a inclusão é um processo gradativo e abrangente. As questões que envolvem a educação inclusiva precisam de um olhar reflexivo. Transpondo todas as intempéries surgidas desde o primórdio da educação inclusiva, este trabalho dedica-se a tratar ao longo da sua conclusão, uma análise reflexiva dos pontos e contrapontos favoráveis a este modelo de educação.

Ao longo das últimas décadas, a temática acerca da educação inclusiva passou a ser discutida em diversos contextos e circunstâncias, principalmente sobre como a escola tem abordado essa temática e quais meios ela vem utilizando para se apropriar de uma prática pedagógica inclusiva. Durante toda a discussão é possível perceber como a participação efetiva dos membros que constituem a escola colabora para a efetivação de uma educação inclusiva, na qual é necessário ter um olhar sensível sobre as habilidades do aluno com TEA e o processo de formação intelectual dele dentro da sala comum.

A partir disso é preciso redimensionar as estratégias que estão sendo utilizadas com esses alunos, mostrando o desenvolvimento de suas potencialidades. A educação inclusiva passa a ser possível quando a escola abre espaço para múltiplos olhares sobre o desenvolvimento do aluno com TEA, que se torna exitosa quando há o trabalho em conjunto da gestão escolar, do professor do AEE e do professor da sala comum.

Pode-se afirmar que apesar da existência de algumas dificuldades que ainda permeiam o processo de inclusão do aluno com TEA, o caminho de sucesso e pleno desenvolvimento deste são possíveis e pode ser exitoso. Considerando as diversas ações estabelecidas nesta escola pesquisada, pode-se destacar o papel do professor do AEE em parceria com o professor da sala comum, bem como o envolvimento de todos os sujeitos no processo de inclusão escolar, que promovem diversas atividades para que esse aluno possa desenvolver suas habilidades, assim obtendo o sucesso escolar. Também é fundamental a interação com os seus pares e a relação construída entre estes, o apoio familiar e a assistência multidisciplinar.

Referências

ARAÚJO, Paula C.V.; LINHARES, Tatiana C. **A inclusão escolar breve histórico e alguns apontamentos para a pratica do professor**. Belo Horizonte, 2014, p. 35-59.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

CENTER FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Prevalence of Autism Disorders- Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, Six Sites, United States**, 2000. Surveillance Summaries. MMWR, vol. 56, SS-1 p.1-11, 2007.

MANTOAN É. M. T. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. Maria Tereza Mantoan, Rosângela Gavirole Prieto; Valéria Amorim Arantes, Organizadora- São Paulo, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **A formação de professores, no âmbito da integração escolar**. Integração. Brasília, n.18. 1997.

PAULA, Bianca Molinari. A formação do professor para a educação especial. **XI EDUCERE**, Curitiba, 2013, p. 15087-15100.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O papel do professor na educação inclusiva - Ensaios Pedagógicos**, v.7, n.2, Jul/Dez 2017.

SAMPAIO, Cristiane T.; SAMPAIO, Sonia Maria R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

Submissão em: 25-10-2019

Aceito em: 23-08-2021